

**ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

Mês de junho de 2019

9^a

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge José Martins Dias e das excelentíssimas senhoras secretárias, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária e, Carla Alexandra Reis Lousão, segunda secretária. -----

----- Aberta a sessão pelo senhor presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes trinta e seis membros municipais, dos quarenta e três que constituem este órgão, assim relacionados: -----

----- Jorge José Martins Dias, Ilídio Granjo Vaz, Manuel Luís Varandas, Manuel António Preto, Anabela Mendes Pereira, Sandra Cristina Mendo Moura, António de Jesus Cordeiro, Carla Alexandra Reis Lousão, António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro, Cândido Francisco Fernandes, Alfredo Justino Ribeiro, Luís José Pinto Lopes, José Luís Felgueiras, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Maria Eugénia Batista Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Alberto Oliveira da Costa, Tiago Filipe Martins Conde, Pedro Manuel Folhento Bento Pires, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, António do Nascimento Pimentel, Carlos Alberto Telo Figueira, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, António José Marcos, Américo Rodrigues, José Pedro Ovelheiro Amaro, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado e Manuel dos Anjos Garcia. -----

----- De registar as faltas de comparência à presente sessão dos seguintes membros municipais: -----

----- Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, comunicou por escrito via correio eletrónico, com data de vinte e quatro de junho corrente que, por ter que estar presente numa consulta médica não poderia comparecer a esta

1.2 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA. -----

1.3 APROVAÇÃO DE VOTOS DE PESAR. -----

1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO). -----

2.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DO ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (REOT) – RESULTADO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA - PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. -----

2.3 MAPAS DA CEDÊNCIA DAS MÁQUINAS NO CONCELHO – PARA CONHECIMENTO. -----

2.4 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM3 ANO 2019 – PARA CONHECIMENTO. -----

3. OUTROS ASSUNTOS. -----

----- **1.1 ATA DA 8.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE ABRIL DE 2019 – PARA APROVAÇÃO:** - A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da oitava sessão ordinária realizada no dia trinta de abril do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Não participaram na votação desta ata os membros da Assembleia Municipal que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- **1.2 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA:** - Nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia tomou conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes tratados pela Assembleia desde a última sessão até ao dia sete de junho de dois mil e dezanove. -----

----- Pediu para intervir o membro, José Branco que, dirigindo-se ao senhor presidente da Assembleia, perguntou se seria possível ser-lhe facultada uma cópia da carta/ofício dirigida à munícipe, Maria Luísa

Maradeia Calhabrês, registado na lista da correspondência expedida com o número quarenta e sete, ofício número trinta e oito, datado de vinte e nove de abril do ano em curso com o assunto denominado “ALARGAMENTO DE UM CAMINHO PÚBLICO NA VILA DE MOGADOURO – LUGAR DA CANDÁRIA.” -----

----- O senhor presidente da Assembleia respondeu-lhe que poderá passar nos serviços administrativos da Assembleia para receber a fotocópia do ofício resposta em referência. -----

----- **1.3 APROVAÇÃO DE VOTOS DE PESAR:** - Por proposta do senhor presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes votos de pesar e endereçar as sentidas condolências às famílias enlutadas: -----

----- Pelo falecimento do senhor Luís Bernardino Macário, sogro do senhor presidente da Junta de Freguesia de Meirinhos, Carlos Alberto Telo Figueira; -----

----- Pelo falecimento da senhora dona Bernardina dos Santos Cruz, mãe do membro municipal, António de Jesus Cordeiro. -----

----- **1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Não houve intervenção por parte do público presente. -----

----- **1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:** - Inscreveram-se para usar a palavra os seguintes membros municipais: Ilídio Granjo Vaz; Manuel António Preto; Maria José Ramos Fernandes; António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro; José Francisco Bento Sanches Branco; António de Jesus Cordeiro; Alfredo Justino Ribeiro; Manuel Luís Varandas; Francisco José Telo Afonso e Carla Alexandra Reis Lousão. -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO, ILÍDIO GRANJO VAZ:** - Pediu para intervir e dizer o seguinte: -----

----- “Queria manifestar a minha posição pessoal que, no fundo será também a vossa, porquanto, congratulo-me pela recente realização do primeiro congresso da ANAM, a dezanove de maio, na Assembleia da República. Estive ontem a ver o vídeo e como membro fundador dessa comissão estou perfeitamente honrado por ver que realmente os presidentes das assembleias municipais do país não estão descansados e, porquanto, é necessário e urgente alterar a legislação e, nesse sentido tiveram a presença do senhor vice-presidente da Assembleia da República e demais deputados ligados ao setor das autarquias e cujo resultado redondou na aprovação por unanimidade e aclamação de uma proposta de revisão do regime jurídico das autarquias locais, por forma a que seja reconhecida às assembleias municipais mais autonomia administrativa e mais autonomia financeira que

é o que não está a acontecer e, por fim, também que era a nossa grande batalha fazer com que o poder político começasse a valorizar o papel das assembleias municipais cujos estatutos nós aprovamos em dois mil e dezassete, pelo que devemos ficar todos contentes, ficar satisfeitos, pois sabemos que as coisas estão a andar. -----

----- Neste momento, o governo está empenhado em acompanhar, julgo que, logo, no início da próxima legislatura alterações até também, em termos de funcionamento das próprias assembleias municipais. Eu, particularmente, sinto-me satisfeito porque realmente as assembleias municipais são eleitas por voto direto que é o nosso caso. Nós fomos eleitos diretamente o que é certo é que somos o que somos. Não temos autonomia. Não temos aqui *internet*. Não temos nada disso tudo, de maneira que nós como fomos eleitos pelo povo, tal qual como foi a câmara como são os presidentes de junta, etc. etc., temos a nossa legitimidade também para fazermos ver que existimos, portanto, daí esta congratulação que eu queria deixar expressa, no sentido de na próxima legislatura pelo menos quem estiver aqui, eu já não devo estar, mas as pessoas têm que trabalhar do hoje para o amanhã, mas realmente que se juntem com forças e com capacidade de poder exigir e responder aos seus eleitores. Essa é a nossa primeira questão, responder aos nossos eleitores. Nós fomos eleitos, temos dívidas para com eles, portanto, se tivermos legislação de suporte muito bem, se não tivermos legislação de suporte então também não vale a pena as assembleias municipais existirem.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO, MANUEL ANTÓNIO PRETO:** - Pediu para intervir e dizer o seguinte: -----

----- “Aqui há dias, estive com a senhora diretora regional de Agricultura, de Mirandela e ela acabou por dizer que o processo para o regadio está disponível, que se enquadra, portanto, gostava que Mogadouro tratasse do assunto e que fizesse adiar o processo no que tem de ser porque nós bem precisamos do regadio, de barragens e dessas obras. É um alerta! Dizem que há aí uma porção de milhões que vêm agora há que os aproveitar.” -----

----- **INTERVENÇÃO DA MEMBRO E PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO MARTINHO DO PESO, MARIA JOSÉ RAMOS FERNANDES:** - Pediu para intervir e disse o seguinte: -----

----- “Eu gostava de colocar aqui uma questão porque fui confrontada por pessoas que, não sendo residentes pretendem construir casa nas aldeias. Conheço pessoalmente o caso e as pessoas andam há três ou quatro anos a tentar construir uma casa. Primeiro a legalizar o terreno porque trata-se de um palheiro depois dizem não conseguir por causa do PDM, por se encontrar numa Reserva Agrícola. Só que acontece o seguinte: o terreno é no meio do povo, situa-se nas Eiras, na localidade de Peso junto à Casa do Povo e fica no meio de casas já construídas e têm encontrado muitas dificuldades. Venho aqui para perguntar se não há possibilidade de alterar o

PDM (não sei se é assim que se diz porque não estou muito dentro do assunto) para colmatar esta situação e resolver o problema das pessoas. ----
----- Eu acho que devemos incentivar a reabilitação urbana. As nossas aldeias estão a ficar cada vez mais desertificadas. É só casas caídas que põem em perigo a segurança de pessoas e bens. Não sei se a Câmara poderá fazer alguma coisa. Penso que muitas pessoas aproveitariam e passariam a reconstruir mais, se não houvesse tanta burocracia. -----

----- Penso também que deveria haver maneira de promover o turismo rural e a agricultura porque acho que será progresso da nossa região. Deverão ser desenvolvidas estas duas vertentes.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ANTÓNIO ACÁCIO GONÇALVES BAPTISTA CORDEIRO:** - Pediu para intervir, apresentou e leu o documento que adiante se reproduz: -----

“Proposta de Recomendação

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

----- *Considerando que, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que consagra a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, dispõe no número 3 do artigo 4.º que todas as competências previstas no diploma se consideram transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais, desde o corrente ano de 2019 e até 1 de janeiro de 2021.* -----

----- *Considerando que o n.º 2 do artigo 38.º da Lei 50/2018, de 16 de Agosto, consagra especialmente novas competências afectas aos órgãos das freguesias.* -----

----- *Considerando que, esta Lei-Quadro define que, a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial.* -----

----- *Considerando que, no que respeita às Freguesias, se verifica que o decreto-lei 57/2019 que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, foi publicado em 30 de abril de 2019.*

----- *Considerando que, a transferência de competência dos municípios para os órgãos das freguesias, tem como um dos objectivos fundamentais aproximar aqueles que exercem as competências e poderes públicos dos cidadãos.* -----

----- *Na certeza de que são os órgãos das freguesias que estão mais próximos das populações e dos seus ensejos e que melhor interpretam a sua vontade, aqueles que com maior prontidão e eficácia poderão responder às suas necessidades.* -----

----- *Considerando que, por maioria de razão, será de interesse de qualquer autarca, bem como das populações que serve, passar a exercer*

com a maior brevidade as competências que forçosamente terão de aceitar dentro de pouco tempo. -----

----- Na certeza de que independentemente da afiliação partidária, qualquer autarca quer servir mais e melhor a população que o elegeu. ----

----- Nesta senda, a bancada afecta à coligação PSD/CDS, insta o executivo municipal na pessoa do seu presidente a iniciar o período de negociação para a transferência de competências, levando a cabo reuniões conjuntas, com todos os autarcas independentemente do partido político pelo qual tenham sido eleitos, que aceitem a transferência de competências no corrente ano de 2019. -----

----- Agindo dessa forma e tratando todos por igual, numa base de negociação igualitária, respeitar-se-ão dois pilares basilares da democracia, a igualdade e a independência, dando um bom exemplo e prestando um bom serviço à causa do poder autárquico. -----

----- Em suma se propõem esta assembleia delibere no sentido de recomendar ao executivo a negociação conjunta das propostas para a transferência de competências para as freguesias em reuniões conjuntas do executivo com os órgãos das freguesias que aceitarem a transferência das competências.” -----

----- Colocada a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezanove (19) votos a favor, dez (10) abstenções e sete (7) votos contra, aprovar a presente Proposta de Recomendação sobre a transferência de competências para as freguesias apresentada pela Coligação PDS/CDS e fazê-la encaminhar para o executivo municipal para apreciação e votação. –

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO: - Pede para intervir e disse o seguinte: -----

----- “Na última sessão da Assembleia coloquei um assunto ao senhor presidente da Câmara respondendo-me que ainda durante a sessão me entregaria os tais documentos e até ao dia de hoje ainda nada recebi.” -----

----- (Não tendo obtido reacção da parte do senhor presidente da Câmara que se encontrava presente, o senhor presidente da Assembleia pediu ao membro, José Branco, que recordasse o assunto. Este respondeu que o mesmo estava relacionado com a colocação de umas manilhas por parte dos serviços camarários num caminho que vai da estrada de Santiago para a estação de Santiago. Ele disse que o senhor presidente da Câmara não tinha tido conhecimento do que estava ou tinha acontecido e que se iria inteirar do assunto ainda no decorrer da referida sessão e que, no final lhe daria conhecimento do pedido do munícipe e do despacho proferido no documento. Rematou que passados dois meses continua a aguardar o que lhe foi prometido ter.) -----

----- Continuação da intervenção: -----

----- “Senhor presidente da Câmara, agradeço que nos faculte ainda hoje, porque é uma coisa fácil, a listagem dos pedidos que foram feitos pelas

juntas, associações, clubes e particulares desde o início do seu mandato referentes à cedência do autocarro municipal, indicando os que pediram, o que pagaram e os que foram isentos de pagar. Permita-me lembrar que há um regulamento municipal onde constam os preços a pagar. -----

----- Vi, há uns tempos, no *facebook* do município de Mogadouro uma informação que dava conta da abertura de inscrições para se deslocarem a Ploumagoar, a localidade gémea de Mogadouro. Qual não foi o meu espanto quando soube que vai ocorrer, amanhã, uma deslocação a Groslay para assinatura do protocolo de geminação com aquela localidade francesa. Gostava de saber qual foi a escolha do executivo para selecionar os acompanhantes nesta deslocação. Pedia que nos facultasse, hoje, uma listagem das pessoas que vão amanhã de avião. Se vão de avião tiveram que fazer a inscrição com o Bilhete de Identidade, portanto é fácil de nos facultar os nomes dessas pessoas, a seleção, o valor a pagar pela viagem, o critério de escolha e porquê irem de avião, pois é a primeira vez que vão para França de avião. -----

----- Tenho conhecimento também que vai uma carrinha transportadora de um senhor de Sendim para levar não sei-o-quê. Se a Câmara não teria um transporte para fazer essa viagem! Qual é o valor que vai ser pago e, se no concelho de Mogadouro não haveria alguém que pudesse realizar esse transporte. -----

----- Tenho ainda conhecimento que a Banda Filarmónica de Mogadouro também se faz deslocar nessa viagem de avião. Pretendia saber se é a Câmara que lhe paga a viagem ou se é a Associação. Se é a Associação tudo bem. Se é a Banda porque é que não adquiriu já os bilhetes porque é que os fez adquirir à associação. Espero bem que depois daqui amanhã não saia um subsídio camuflado para pagar essas viagens à Banda! -----

----- Outra situação, senhor presidente da Câmara. Consta-se, aí, na via pública que houve três funcionários da Autarquia que venderam ferro-velho que estava no armazém e era propriedade da Câmara e depois fizeram um lanche. Pergunto: O que é que nos tem a dizer sobre isso? -----

----- Uma outra situação é sobre Paradela e para felicitar o presidente da Junta de Freguesia e alertar outros presidente de junta. Se tiverem alguma obra que a Câmara não faça peça a alguém que faça uma reclamação e depois pagam as instituições. Foi o que aconteceu em Paradela. Alguém fez uma reclamação sobre a situação da fossa séptica, passados dois dias de ter entrada a queixa, a Câmara ordenou logo à empresa Alcides e Preto para executar os trabalhos necessários. -----

----- Outro assunto está relacionado com as construções de particulares. No seguimento da intervenção da membro municipal e presidente da Junta de Freguesia de São Martinho do Peso, Maria José, digo-lhe que a Câmara dá ajuda a quem ela quer. Passo a citar. Já no tempo do dr. Francisco houve um particular do concelho de Mogadouro que fez uma reclamação por

causa de umas obras levadas a efeito pela autarquia, dizendo que lhe entrava água da via pública para o interior de uma corte. Aquele, como presidente durante os oito anos que presidiu à Câmara ordenou que lhe fossem feitos os melhoramentos devidos. Durante os doze anos que presidiu o dr. Machado, a mesma pessoa continuou a reclamar e não lhe foi feito nada. Nos seis anos deste executivo foi contemplado com a atribuição de uma indemnização no valor de treze mil euros para reconstruir o palheiro, um barraco, uma casa situada a caminho da Zona Industrial junto ao café do Cantinho. Uma construção que para quem vê até fere. Pergunto: É legal? Não é legal? Passados mais de vinte e tal anos, após várias reclamações do munícipe não tendo conseguindo obter resultados para a sua reclamação, vai agora e é indemnizado no valor de treze mil euros. -----

----- Senhor presidente da Câmara. Na passada semana teve lugar em Mogadouro um convívio da Universidade Sénior. Gostava que nos dissesse quais foram os custos que o Município teve com a realização desse encontro, com a estadia dos participantes, com o almoço e por quem foi servido. -----

----- Outra questão que quero aqui colocar tem a ver com os seguros da Câmara, tendo sido até criticado, que não o devia ter feito, mas vou voltar a referir o assunto. O concurso foi feito há cerca de quatro anos e meio, cinco anos, já caducou há dois anos. Já devia ter sido renovado o concurso, está camuflado nalguma gaveta para não ser posto a concurso. Só foram colocados a concurso os seguros que tinha alguém afeto às listas do PSD e do CDS, seguros feitos por pacotes. Essa pessoa quando foi na altura das eleições alguém o confrontou e lhe disse que se fosse candidato às listas lhe tirava os seguros e foi isso que aconteceu. Os seguros que tinha que era na Tranquilidade e na Açoreana foram-lhe retirados para outro mediador, mas os que estavam na Fidelidade continuam no mediador da Fidelidade. O concurso já acabou e têm sido despachados por alguém com poderes para isso, despacha seguros para essa empresa e essa pessoa vai de férias à custa dessa empresa que é da Fidelidade.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ANTÓNIO DE JESUS CORDEIRO:** - Pediu para intervir, apresentou e leu o documento que a seguir se transcreve: -----

----- “As intervenções de alguns membros, ou deputados na Assembleia Municipal a que temos vindo a assistir, sem contraditório, que eu também não vou fazer, podem fazer pensar que têm toda a razão. Não me parece verdade. Há deputados do PSD que, com regularidade fazem intervenções de oposição, como é seu dever e que poderão e deverão continuar a fazer. O que em nosso entender terão na mira, desde já, será colocarem-se na rampa de lançamento para o próximo ato eleitoral à câmara e assembleia municipal. Nada de mal há nisso. Os partidos, como órgãos de conquista de poder, que são, deverão estar preparados, atempadamente com os seus

programas e projetos, com os quais procurarão conquistar o eleitorado e para de seguida os poder pôr em prática. Mas, por vezes, parece que querem transmitir a ideia de que a câmara atual, não faz, o que no seu entender, deveria ser feito. É evidente que os programas de atuação são diferentes e tem sido com os programas apresentados ao eleitorado que têm ganho as eleições que deverão governar e respeitar. Não quero com isto dizer que esta câmara, como qualquer outra, não mereça reparos. Direi mais, nenhum executivo camarário, por melhor que ele seja, merece sempre reparos, por isso entendo que até é bom que a oposição, por vezes, lhes lembre algumas coisas para arrepiar caminho, se for o caso, antes que entrem em becos de difícil saída. Parece-me que pelo menos até ao momento, não haver razão para tal, mas poderá acontecer. Em regra, os programas apresentados nunca são cumpridos a 100%, mas isso é compreensível. Razões diversas podem obstar a que isso aconteça. Mas, o que a mim me parece muito estranho é que às vezes parece quererem transmitir a ideia de que o PS é um partido intruso, que nem merece governar e que nem sequer as pessoas que são mais ou menos conotadas com o PS deveriam entrar nos concursos públicos para serem funcionários do município. A ideia de quererem fazer pensar que a câmara de Mogadouro terá de continuar, aliás como quase sempre foi, uma quinta do PSD deve terminar. Desenganjem-se os que assim pensam, isso não é democracia e digo-lhes mais: em cerca de 45 anos que levamos de democracia, o PS apenas governou esta câmara, até ao momento cerca de 14 anos e os restantes 30 e tal foram exercidos pelo PSD. São mais de dois terços. Talvez por isso é que pensem assim. E que o PS é um partido intruso. Mas não é, o PS está na câmara de pleno direito, e, acrescento; foi pena que ao longo destes 45 anos de democracia o PS não tivesse governado mais vezes, para bem de todos. Para compreenderem o porquê, eu vou fazer-lhes uma pequena retrospectiva para melhor perceberem como as coisas se passavam noutro tempos. Sim, porque por vezes, parece que já todos se esqueceram e a maior parte dos senhores nem sequer saberão. É certo que com águas passadas não rodam moinhos, mas eu que já ando por cá desde 1975/76 vêm-me à lembrança muitas coisas: vêm-me à lembrança os governos, de má memória, em que era presidente da câmara o dr. António Abílio Costa. Foram estes governos, governos negros que são mesmo para esquecer e que esperamos, nunca mais regressem porque comprometeram em muito o futuro de Mogadouro. Não lhes vou relatar tudo, porque isso daria um livro muito grande e também não é isso que, neste momento nos interessa e eu também não sei tudo. Aí sim houve efetivamente corrupção: ao ponto de, para se tornar sócio da empresa "Transnorte", conhecida de todos, usou o nome da sogra; pagava adiantado a alguns empreiteiros e para tal contraía empréstimos na Banca, que ficavam caros ao município e para também ele beneficiar desses dinheiros,

pelo que ainda recentemente me foi dito. Esta última parte, digo em *off*, por não poder provar com documentos. Isto apenas para lhes dizer que aí sim houve corrupção e esbanjamento dos dinheiros públicos. Por isso, e mais coisas, foi processado e só não foi mais longe o processo porque os processos na justiça são muito morosos e os prazos foram expiando ... Aqui sim e de verdade se poderia acusar o executivo de coisas muito graves, como foi acusado na altura, em consequência as obras não eram muito visíveis, a dívida aumentava e o futuro ia sendo cada vez mais comprometido; era o marasmo total. Ainda me lembro de andar muito em voga e até em painéis a expressão: “*visitem Mogadouro antes que acabe*”. Mas eu não quero vir agora desenterrar defuntos e como já disse: com águas passadas ... e com o dr. António Abílio Costa, paramos por aqui. Mas podia falar muito mais. O que eu estou aqui a dizer é apenas para conhecimento de todos, tanto dos membros PS como PSD, sem me dirigir a ninguém em particular e também sem querer ofender quem quer que seja. De seguida ficou a presidir o Sr. Armando Salomé. Este não o acuso de corrupção e até poderia ter brilhado. Não fez por isso, mas teve o bom senso e uma boa atitude para o concelho que foi ajudar a derrubar o seu antecessor, porque bem via que não podia continuar a apoiar aquele tipo de governo que mesmo assim foi longe demais. Só que em termos de ritmo de obra também foi muito parado. A sua obra foi concluir a barragem. ----- Veio de seguida o PS à Câmara e aí podemos dizer, sem equívoco, que o PS foi marca que ninguém conseguirá apagar. Foi o PS que pôs o comboio em bom andamento neste Município. Senão reparem: Obras como “*o abastecimento de água a Mogadouro e a todo o setor poente do concelho; a construção do complexo desportivo (com piscina aquecida, piscina ao ar livre, campo de ténis, parque de campismo e circuito de manutenção; a avenida do sabor; a primeira fase da Zona Industrial; a casa da cultura; o arranjo do bairro da Fonte Nova (esta já não concluído pelo PS); o arranjo junto ao cemitério*”. Isto como obras mais visíveis e apenas na área da Vila. Foram estas obras que mudaram por completo a imagem degradante da Vila de Mogadouro. Mogadouro não possuía estas infraestruturas que hoje vemos serem tão importantes e necessárias. São obras de nível que não nos envergonham. Com a vantagem de termos ainda pago parte da dívida herdada, que não era pequena, e que já vinha de trás e termos deixado a Câmara em *boa situação financeira*. Veio a seguir e de novo o PSD que, encontrou o comboio em andamento e também alguma coisa fez, fez e até desfez. Aí, sim, houve falta de ideias, pois para fazerem duas obras mais emblemáticas dos três mandatos tiveram de desfazer outras duas e uma delas até era obra sua, como era o caso do Mercado Municipal. Aqui faltou ideia para reformular o mercado e torná-lo funcional como fizeram outros. No mercado municipal de Freixo agora funciona uma grande superfície e aqui poderia ter acontecido o mesmo. É que o Mercado não era uma obra

qualquer, era obra que em custos atuais, talvez não se fizesse com menos de 2000000 de Euros? Tudo isso foi para o lixo. No seu lugar foi feita uma obra que também não tem tido muita utilidade, embora aí tenhamos de reconhecer que ao menos alindaram a zona. Mas em meu entender poderiam ter feito diferente e melhor. Pelo menos o que foi feito junto do cemitério poderia ter tido aí cabimento. A Casa das Artes é uma segunda casa da Cultura o que faz com que a Casa da Cultura fique subaproveitada. Para construírem a Central de Camionagem, que já tinha, ao momento, uma localização pré-definida, foram deitar abaixo o arranjo junto ao cemitério e aproveitando a ideia anterior podiam ter poupado esse arranjo. -----

----- Quanto à Câmara atual, tem feito uma gestão, em meu entender, muito equilibrada, construindo obras muito pertinentes que valorizam Mogadouro e todo o concelho: *A terceira fase da Zona Industrial; o Acesso da Zona Industrial ao IC5; o Centro Interpretativo do Mundo Rural; a Casa das Associações; o Arranjo do bairro do Fundo Fomento da Habitação; a nova estação de tratamento das águas Residuais de Mogadouro e Urrós;* estão já na calha o Pavilhão Multiusos, o *Centro de Valorização das Raças Autóctones e a cantina escolar.* E aqui temos que dar os parabéns ao sr. Presidente da Câmara e a todo o executivo que com a sua teimosia pertinente, conseguiu junto dos seus pares na CIM-Trás-Os-Montes um reforço de fundos comunitários para o nosso concelho de um valor que excede os dois milhões de euros e que irão permitir a concretização de diversas obras sem ter de despender os fundos próprios do município. Eu não vou especificar onde os mesmos vão incidir, preferia que o Sr. Presidente elucidasse a Assembleia de tudo isto. Mas para já muitos parabéns. Dos 308 concelhos do País, 121 foram considerados como tendo uma gestão boa ou muito boa. É nestes que se inclui Mogadouro. Há, por conseguinte, boas razões para elogiar e não para denegrir a gestão cuidada atual do Município de Mogadouro que não tem comparação possível com as governações do PSD. Então em termos culturais tem sido mesmo excecional. Não tem paralelo nos mandatos anteriores. Os senhores ao acusarem, as câmaras do PS de mal geridas, devem primeiramente rever as gestões ruinosas do passado aqui referidas, essas sim e essas não têm a marca do PS. Aproveito para lhes dizer aqui, apenas para conhecimento de todos, pois não estou aqui a acusar ninguém desta Assembleia, mas foram efetivamente as Câmaras do PS que puseram a governação do nosso município nos eixos. Nunca me envergonharei das gestões que o PS fez até ao momento. Mogadouro só ganhou e enquanto não houver razões contrárias, que me levem a mudar a imagem que tenho, defendê-las-ei sempre. Sabemos que esta Câmara, pela situação financeira em que se encontra está apetecível, mas, não se iludam, o dinheiro se não for bem gerido gasta-se depressa. Por conseguinte, pensem sempre gastá-lo bem e sem o esbanjar, seja quem for que governe e eu por tudo o que o PS

tem feito, penso que ainda terá uma palavra séria a dizer em próximo ato eleitoral. Quanto a futuras câmaras, quer sejam PS ou PSD apenas lhes peço que se preparem bem e sem pressas para não voltarem a cometer erros como os referidos. É este o conselho que lhes deixo. -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ALFREDO JUSTINO RIBEIRO:** - Pediu para intervir, apresentou e leu o seguinte documento que adiante se reproduz: -----

----- “Diz a sabedoria popular que a pressa é inimiga da perfeição, provérbio que não se aplica ao atual executivo porque nem se apressa nem se atrasa. Diz a realidade que o tempo deste executivo é inimigo do fazer. --
----- Mogadouro continua a definhar porque o Partido Socialista não lhe dá esperança ou motivação. O governo local do Partido Socialista não sabe, não quer nem sequer aceita que, no que é estrutural, o mesmo é dizer crucial para o concelho se discuta e se assumam compromissos de regime autárquico entre os partidos que, de acordo com a tradição eleitoral têm governado o município. -----

----- Lembro a este propósito a sugestão por mim avançada em anterior sessão para que se concretizasse um pacto de regime tendo como único desígnio Mogadouro. O Partido Socialista e o seu governo autárquico nada disseram e nada fizeram, neste aspeto louvo-lhes a coerência. Nada é sempre nada. Da minha parte dou por encerrado esse capítulo sem antes deixar o imprescindível epítáfio: “*Aqui jaz o executivo festivo*”. -----

----- Excelentíssima assembleia, senhor presidente. A realidade económica do concelho e de Mogadouro é angustiante. A capacidade de criar a marca Mogadouro, atribuir-lhe valor e promovê-la é inexistente. O caminho seguido pelo executivo socialista no campo económico é objetivamente desastroso para o futuro do concelho e antagónico para qualquer estratégia de empreendedorismo e desenvolvimento, tanto mais que Mogadouro goza de um potencial estratégico e invejável e de um corpo empresarial de reconhecida pujança. -----

----- Este executivo socialista exerce o poder há seis anos, seis anos. Vossa Excelência, permita-me que lhe avive a memória. É presidente da Câmara há seis. Seis anos de responsabilidade no marasmo. Seis anos a criar emprego político e a prescindir de funcionários pelas mesmas razões. É esta a sua herança. -----

----- A propósito da vossa ideia de governo recorro a medida de apoio à criação de emprego. Que balanço podemos fazer dela? Que conclusões podemos tirar? Uma palavra basta “*Flop*”, porque o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. Sabe-se que essas medidas têm vindo a perder força pelo número decrescente de pedidos de apoio e pelo número crescente de desistências. Sejamos sérios e realistas. Nenhum empresário faz depender o seu plano de negócio pelo apoio de quatro ou cinco mil euros. Os empresários de Mogadouro querem ter mercado para os seus produtos e

serviços. Clamam por condições de competitividade que lhes permitam valorizar os recursos. Aguardam por uma estratégia. Querem ter esperança. Querem ter o que o executivo socialista não lhes sabe oferecer. -----

----- Excelentíssima Assembleia. Senhor Presidente. Minhas Senhoras e meus Senhores, para percebermos a ficção do governo autárquico socialista, atentemos à gestão da Zona Industrial. Os números não enganam. Registam-se cerca de cento e quarenta trabalhadores repartidos por quarenta empresas instaladas. Dos lotes atribuídos na primeira fase só estão ocupados dois terços. Dos lotes atribuídos na segunda fase foram ocupados um número redondo, zero. Acrescente-se ainda a particularidade de que desde que são poder apenas se instalou um empresário. -----

----- Senhor presidente, perante estes factos torna-se imperioso perguntar. Sabe-nos dizer quantos lotes estão por construir ainda da primeira fase? Quais as diligências que já fez para que fossem construídos ou proceder à sua contratual reversão? Sabe quantos lotes foram construídos nos seis anos da sua governação autárquica? Provavelmente, o senhor presidente irá responder que amanhã parte uma delegação para Paris para tratar de assuntos de diplomacia económica. Não lhe contesto a bondade nem o esforço, mas, senhor presidente, salvo alguma mudança que a todos escapa também em Paris as empresas encontram-se fechadas ao fim de semana. Caso para dizer: que mania o Partido Socialista tem de fazer as coisas ao domingo. De qualquer forma desejo que seja proveitoso e faço votos de boa viagem e no regresso que venha inspirado com estratégias e fórmulas para dinamização económica tão importante para a captação de investimento privado e criação de emprego.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL LUÍS VARANDAS:**

- Pediu para intervir e disse o seguinte: -----

----- “Eu vinha aqui só para felicitar e desejar ao grupo, ao comité que se vai deslocar neste fim de semana para Groslay que esta geminação tenha um propósito diferente da geminação que nós temos com Ploumagoar. E aquilo que eu entendi independentemente de ser ao sábado ou ao domingo, aquilo que vai fazer é a assinatura do protocolo. -----

----- Há uma semana ou duas estive em Mogadouro uma delegação de Ploumagoar. Eram dois professores e alunos de uma escola agrícola, agrária, equivalente provavelmente à nossa escola de Mirandela. Vieram de avião, foram para o Porto e a Câmara Municipal facilitou-lhes o transporte e visita a algumas empresas agrícolas de Mogadouro e posso até citar que estiveram na Vale Covo-Casa Agrícola de Sampaio. Excelente! Nós, o engenheiro Amaro foi um dos anfitriões que se deslocaram com ele. Sei que estiveram também a visitar a criação de porcos de raça bísara em Sanhoane. Foi uma visita cultural académica. -----

----- Neste fim de semana, parte amanhã a delegação que contempla dois elementos desta Assembleia. É por esta razão que eu estou aqui para

desejar um bom trabalho e que as coisas corram da melhor forma possível e que esta geminação seja mais virada para os nossos produtos do que para a parte cultural porque todos nós sabemos que a associação gerida por um concelhão nosso que se preocupa em receber produtos da nossa terra e promovê-los nessa localidade, portanto, desejo que tudo corra bem e que é sempre bonito, independentemente de gostar ou não e parece que há elementos nesta Assembleia Municipal que se preocupam com alguns euros que se gastem na cultura ... Acho que a cultura é a base de desenvolvimento de qualquer concelho de qualquer país. -----

----- Só quero dizer aqui uma coisa muito simples. Um governante que nós tivemos na época negra do nosso país chamado, António Oliveira Salazar, tinha um lema: "*Quanto menos culto for o povo mais fácil é de dominar*". Nós não pretendemos que as coisas sejam assim dominadas pela incultura, pela incapacidade. Nós pretendemos que o nosso povo o concelho de Mogadouro seja cada vez mais instruído e que tenha acesso à cultura independentemente de ela ser transportada de avião ou de autocarro. Eu acho muito bem que a Banda Filarmónica dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro faça a sua atuação em Groslay e que, independentemente de alguns euros que possa isso custar vai levar a Groslay o nome de Mogadouro e nós sabemos que a Banda Filarmónica de Mogadouro é uma excelente banda. Não nos devemos preocupar se vamos fazer a geminação a Groslay e se desloquem de avião ou se desloquem de autocarro. Se nos dermos ao trabalho de fazer contas, neste momento, utilizando voos *low cost* custa muitos menos dinheiro ir de avião daqui para Paris do que ir de autocarro. Vejamos só o preço do combustível, o preço das portagens das autoestradas, isso são coisas de somenos importância. Aquilo que é importante é levar a Paris, ali a vinte quilómetros de Paris, Groslay a cultura de Mogadouro e os produtos de Mogadouro. Agora se eles vão ser vendidos ao sábado ou ao domingo é de somenos importância. Quem é que se candidatou, propôs a levar produtos para serem vendidos ou serem expostos para uma possível comercialização? Provavelmente foram os empresários. Os empresários dinâmicos. A câmara, os executivos, o país, os governos têm que abrir portas, caminhos. -----

----- Há um ditado que diz assim: "*Dá-lhes a cana para aprenderem a pescar. Não é dar-lhes os peixes.*" E os nossos empresários de Mogadouro, se lhes derem a possibilidade de irem a novos mundos para porem os seus produtos provavelmente será um benefício e serão os nossos empresários, os nossos empreendedores a ganharem com isso. Para mim não é importante saber quem vai é o que levam e levam o quê? Levam os nossos vinhos, levam os nossos produtos, os nossos enchidos. Agora, como é que se inscreveram não sei. Há uma associação que se chama a ACISM." -----

----- Continuaram a usar da palavra os seguintes membros: -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:** - Voltou a intervir para referir o seguinte: -----

----- “Senhor presidente da Assembleia, acho que era de bom tom informar esta assembleia do grande êxito que teve a Assembleia Juvenil no dia vinte e quatro de abril deste ano, por ter ganho o primeiro prémio a nível nacional. Acho também que a Câmara deveria atribuir um voto de louvor aos professores, à equipa da assembleia e aos alunos pelo trabalho desenvolvido e pelo prémio recebido, em que alunos e professores se deslocaram a Lisboa numa viagem conjunta. -----

----- Em forma de resposta às palavras do membro Manuel Varandas, quero esclarecer que eu não estou contra as pessoas que vão a França. A questão é como o convite foi feito. Sei que a ACISM não teve conhecimento desta situação. As pessoas que vão foram convidadas diretamente pelo executivo da Câmara e depois é estranho essas pessoas terem sido convidadas, há uns quinze a vinte dias, e os vereadores da Coligação TODOS POR MOGADOURO só foram convidados nesta terça-feira. Eu não estou contra as pessoas que vão, agora se é a primeira reunião da geminação é um ato protocolar. Só queria perguntar aqueles produtores que foram no ano passado à feira franca e esgotaram a venda dos seus produtos voltaram lá para venderem mais? -----

----- Queria também perguntar sobre os precários. A Câmara encerrou o processo? Continua a contratar por prestação de serviços? Tem necessidade ainda de contratar se o processo dos precários foi uma abertura do governo para colmatar as falhas de pessoal nas autarquias e resolver a situação às pessoas em situação de emprego precário. Pelo que tive conhecimento a Câmara continua a contratar empresas para trabalharem para a autarquia. Se teve oportunidade de resolver o emprego precário, podia ter metido cem trabalhadores, se os tivesse, e só meteu cinquenta, então como é, pergunto.”

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:** - Pediu para intervir referindo que o fazia em forma de resposta: -----

----- “Na qualidade de líder da bancada da Coligação TODOS POR MOGADOURO não posso ficar indiferente à intervenção que o meu prezado amigo, António Cordeiro, fez aqui nesta assembleia e dessa intervenção retiro as seguintes conclusões: ou se prevê para breve a destituição do atual executivo camarário ou o PS entrou em *stress* porque foi uma afirmação totalmente descabida. Esta é que é de desenterrar os mortos de há quarenta anos. Não faz sentido. É a primeira questão. -----

----- Eu suponho que nem o executivo vai ser destituído porque legitimamente ganhou as eleições e tem a obrigação de se manter fiel aos compromissos que naturalmente o seu programa lhes afinca. Todavia, dá quase para pensarmos assim: estes senhores vão embora, vamos começar a arregaçar as mangas para fazer campanha eleitoral. Isto também para dizer que as acusações feitas ao PSD foram de tal modo inusitadas e

YFD
Cleiverla

inapropriadas que nos obriga a pedir ao senhor presidente da Assembleia uma certidão teor, logo que a ata seja aprovada. Todavia, é oportuno esclarecer o membro, António Cordeiro que a Lei n.º 24/98, que aprovou o Estatuto da Oposição, no qual é referido que é assegurado às minorias, onde nós agora nos incluímos, o direito a exercer uma oposição democrática ao executivo, nomeadamente, e como diz o Regimento, acompanhar e fiscalizar ou criticar construtivamente, que é aquilo que eu faço, a orientação política ao executivo. Será com esta metodologia de trabalho que nós nos revemos e somos contra aqueles que provocam ou exercem malefícências ao sabor do disparate. -----

----- Quero também salientar aqui que relativamente à intervenção do membro, Manuel Varandas, eu me revejo totalmente com aquilo que ele disse desde que os objetivos de uma geminação sejam plenamente exercidos. Eu, pessoalmente, e ainda no último mandato do dr. Machado, esse processo embrionário foi desencadeado pela anterior Câmara, tive oportunidade de dizer pessoalmente ao *maire* de Groslay que a visão que eu tinha de geminação não era só passeio. Requer investigação, requer comércio, requer desenvolvimento cultural e social e é assente nesses parâmetros que revejo uma geminação. Espero bem que esta geminação dê os seus frutos e, creio que os vai dar, dado que naquela área abundam milhares de portugueses, portanto, não quero comparar uma em desfavor de outra. Uma teve um objetivo, ainda ninguém fechou portas a nada, logo, mantém-se o compromisso, mas, em termos qualitativos e quantitativos não trouxe nada a não ser um bocadinho de cultura escolar com o intercâmbio feito pelas escolas, de resto tem-se resumido a passeios. Esta geminação, espero bem que não se resuma a passeios e aí corroboro com o que ele disse. Nós temos que investir para ver se conseguimos tirar proveito económico. É a minha visão destas coisas. Perdoem-me, lá a minha expressão.” -----

----- **RESPOSTA DO MEMBRO ANTÓNIO DE JESUS CORDEIRO À INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:** - “O que eu disse aqui, o meu discurso não foi para ofender ninguém nem os membros do PSD nem os do PS. Apenas um esclarecimento. Se o senhor entende que é um disparate, é consigo. Agora, disse que isto estará em estresse e que, talvez a Câmara estará para ser despedida ou exonerada. Nada disso. Eu até disse que a Câmara merecia louvores, se merece louvores, naturalmente está muito segura. Disse que queria pedir uma certidão, não obsto nada. Por mim está tudo dito, está tudo bem.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:** “Quanto à geminação, gostei das intervenções, tanto do membro, Manuel Varandas como da do membro, Ilídio Granjo, ambas estão convictas em relação àquilo que se pretende. É de lastimar algumas empresas que não se inscreveram ou não querem

colaborar neste processo. Eu estou, tenho conhecimento, aliás, acho que até já frisei isto numa sessão, uma proposta muito séria de um indivíduo que tem uma cadeia de construção civil e que estava com a pretensão de levar alguém fundamentado em alumínios, uma coisa muito grande e que ninguém apareceu no sentido de colmatar essa falha. Não sei o que se passou. Será que foi a Associação de Comerciantes e Industriais ou até os próprios industriais de Mogadouro que têm que se mexer e têm que reivindicar aquilo que é deles. É óbvio. É só um aparte.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO FRANCISCO JOSÉ TELO AFONSO:** - Pediu para intervir e disse o seguinte: -----

----- “Eu não era para intervir, mas uma vez que o meu colega e amigo, José Branco, falou nas fossas de Paradela, estou aqui para esclarecer um pequeno pormenor. A fossa séptica de Paradela já deveria ter sido resolvida em dois mil e um. Desde dois mil e um que a fossa séptica de Paradela está naquele estado e foi preocupação constante do executivo da freguesia em resolver o problema da fossa séptica, tanto é que foi debatido na sessão da Assembleia de Freguesia de dezembro de dois mil e dezassete. E era também um compromisso político da nossa lista de Paradela. A fossa séptica está resolvida, mas falta a do Salgueiro e, a do Salgueiro vai ser resolvida porque há um ofício na Câmara, datado de abril ou maio, salvo erro, para ser resolvido, para não voltarmos a andar com *facebook's* e com comunicações aos *Verdes* e tenho a garantia do executivo que é para ser resolvido durante o ano de dois mil e dezanove. Como a fossa séptica de Paradela não poderia ser resolvida e alguém me disse: “Vamos buscar as máquinas a São Martinho, que está a resolver a ETAR de São Martinho ou de Peso.” Eu disse: “Não, vão umas atrás das outras.” Foi por isso que a fossa séptica de Paradela só foi resolvida em fevereiro de dois mil e dezanove porque as máquinas do senhor Alcides estavam em São Martinho ou na freguesia de São Martinho. Está bem? E para nós teria sido mais fácil resolver o problema da fossa séptica de Paradela do que até fazer a pavimentação da encosta das Eiras que tivemos que comprar uns imóveis e criou-nos ali um esforço financeiro à freguesia. Muito obrigado. Espero que os meus colegas de bancada e presidentes de Junta quando tiverem resoluções de fossas que o façam de forma escrita como eu o fiz.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:** “Em relação à Assembleia Juvenil, sem querer ser demasiado pretensioso já tinha em vista falar sobre o tema em “Outros Assuntos”, mas, uma vez que a membro, Carla Lousão, vai usar da palavra, peço-lhe que fale sobre o assunto.” -----

----- **INTERVENÇÃO DA MEMBRO CARLA ALEXANDRA REIS LOUSÃO:** - Pediu para intervir e disse o seguinte: -----

----- “Na sequência das intervenções que foram feitas ao longo da manhã tenho três pontos que quero abordar. Vou começar pelo papel das

Assembleias e, realmente, ali o membro Ilídio começou muito bem. Realmente a Assembleia deveria ser um órgão que devia ser mais dignificado. A dignificar não só pelos seus membros que a compõem, bem como pelos Executivos a quem a Assembleia acaba por servir. Esperemos que realmente as coisas alterem para melhor porque depois e passando até aqui para a Assembleia Escolar, no dia em que fomos levantar o prémio que estava inserido nas comemorações do aniversário da ANAM houve lá umas palavras que foram ditas e aquilo fez-me eco e ressentiu-se dentro de mim quando os antigos presidentes das Assembleias diziam: “As assembleias são meros notários das câmaras municipais.” Não vou dizer nem me vou pronunciar mais sobre isto. A verdade é que, nós, enquanto Assembleia Municipal acabamos por ter aqui um papel muito importante. Para já existe um papel de fiscalização que deveria, se calhar ser cumprido de uma forma mais ativa. Por outro lado, não podemos esquecer que nós estamos aqui perante um grupo, aqui ninguém trabalha de forma individual e eu sou seriamente de opinião que eu sozinha não consigo fazer nada porque não consigo fazer nada, mas quando se trabalha em grupo e o que está aqui reunido é um grupo, pode ser feita muita coisa. E como um grupo junto pode fazer muita coisa todas as propostas que aparecerem em função que possam levar ao desenvolvimento do concelho elas são todas bem vindas. São todas bem vindas! -----

----- O membro, Alfredo Ribeiro, falou várias vezes exatamente no Pacto, por alguns motivos e outros não foi ainda avançado, mas a verdade é que há propostas? Quem tem propostas? Tragam-nas. Apresentem-nas porque depois um pode vir com a proposta, mas essa proposta pode ser melhorada pela opinião de todos. Por exemplo, a Coligação acabou de apresentar a “Proposta de Recomendação” para a passagem das competências para as freguesias e realmente, se calhar, porque não trazer esse assunto a uma assembleia e que seja aqui seriamente debatido porque se o assunto for debatido e virmos efetivamente quais as competências que são passadas para os presidentes das juntas, isto acaba por funcionar como uma espécie de ação de formação profissional, as pessoas até ficam com mais conhecimento do que realmente têm sobre as suas costas. -----

----- Dizer o seguinte: Não me meto em questões de política porque eu não percebo de política nem quero perceber, mas quando se fala em estratégias de governação há determinados parâmetros que têm que estar aqui por trás, tal como cada um tem na sua vida em particular, por um lado tem que haver uma visão. Eu gostava, senhor presidente de saber qual é a visão que existe para o concelho de Mogadouro porque só a partir do momento em que nós temos uma visão, e uma visão é sempre uma visão a longo prazo é que nós podemos trabalhar no hoje. Além disso, ter estabelecida uma missão, objetivos e metas. E só quando eu tiver isto tudo definido realmente eu tenho uma estratégia e é a estratégia que eu coloco

em prática que depois me permite atingir ou não esses objetivos e é importante haver uma estratégia de comunicação, o que é dito, as pessoas têm que o compreender, quer o executivo quer também a assembleia municipal quando está a comunicar tem que haver, faz falta uma estratégia de *marketing* e uma estratégia em termos económicos e financeiros. Alguém falava que às vezes era importante não dar o peixe e dar canas para pescar e há aqui um ponto que deveria ser mais trabalhado. Existem já situações e casos de *benchmarking* que são aplicados por outros municípios e que poderiam também ser aplicados aqui que diz efetivamente respeito à questão do empreendedorismo. É necessário, faz falta uma situação de empreendedorismo porque no empreendedorismo as pessoas podem aprender estratégias e formas de às vezes resolverem as suas situações. Nós estamos num concelho que está realmente dominado por uma situação bastante económica, já tem tradição económica, mas é preciso educar e trabalhar com estas camadas mais jovens para que não estejam dependentes do outro. Poderia dizer muita mais coisa, mas não digo mais. -----

----- Referente à Assembleia Escolar, quero dizer que já é do vosso conhecimento que já falamos na última assembleia que nas comemorações do “Vinte e Cinco de Abril” esteve incluída uma Assembleia Juvenil Escolar que foi realizada na tarde do dia vinte e quatro de abril. Esta Assembleia Juvenil foi trabalhada pelos professores, pelos alunos do quarto ano e teve aqui uma grande presença do nosso presidente da Assembleia, ele foi um grande impulsionador e as outras professoras colegas do quarto ano colaboraram de forma muito ativa, por isso, o senhor presidente da Assembleia está de parabéns por este trabalho que foi desenvolvido porque acabou de tomar a iniciativa e tomou também as rédeas. Além de estarem aqui incluídos os professores e os alunos a Assembleia Municipal teve um suporte administrativo, a Liliana Martins, foi a responsável por fazer sempre a compilação dos documentos em suporte digital que traduzido é o seguinte: houve um trabalho em grupo e quando há trabalho em grupo há resultados e qual foi o resultado que houve. Já as preparações para a Assembleia Escolar estavam a decorrer quando surgiu um *email* a dizer que nas comemorações da Assembleia Nacional das Assembleias Municipais iria haver no âmbito do “Prémio José Pavão” um prémio de âmbito escolar. O presidente da Assembleia achou que a atividade que estava a ser desenvolvida se poderia perfeitamente enquadrar dentro do regulamento que já estava estabelecido para o âmbito escolar. Contactou-nos e nós, a nível da Mesa elaboramos a candidatura a este tipo de prémio e posso dizer que foi uma coisa muito rápida porque os tempos de candidatura foram também muito curtos. O tempo decorreu, estávamos de consciência tranquila. No dia em que tivemos a Assembleia Escolar tivemos presente o secretário da ANAM que veio verificar a atividade. Fomos convidados a participar na cerimónia de entrega dos prémios e no aniversário que

decorreu no dia sete de maio. Fui eu, em representação da Assembleia Municipal, foi a vereadora Joana e foi a professora Aida, coordenadora do primeiro ciclo. A verdade é que acabamos por ganhar o primeiro prémio, a nível do âmbito escolar. Desse prémio resultou um prémio monetário de mil e quinhentos euros e foi para a escola e utilizada na viagem de finalistas de dois dias a Lisboa, visitando a Assembleia da República.” -----

----- O senhor presidente da Assembleia quis salientar o grande sucesso desta iniciativa a nível do Agrupamento de Escolas de Mogadouro. -----

----- RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES: -

Para responder a algumas questões levantadas pelos membros desta Assembleia, usou a palavra e disse: -----

----- “Começo pelo final daquilo que acabaram de votar, essa recomendação que, quanto a mim, não seria necessário. Se lerem o artigo segundo, número três, diz: “A assembleia municipal sob proposta da câmara municipal pode deliberar manter no âmbito da intervenção do município as competências referidas no número anterior no todo ou em parte.” -----

----- Eu chamo a atenção do seguinte: As freguesias ao aceitarem estas competências vão ter que negociar com a câmara municipal aquilo que são as verbas a transferir, que eu saiba a maior parte delas têm o acordo de execução e que transferimos mensalmente para as juntas de freguesia. Essa já é uma competência vossa porque nós transferimos-vos o dinheiro, outras há aqui que eu não sei se vão ter disponibilidade pelo menos administrativa para poderem fazê-las. Desculpem lá, mas tenho que ser franco! Estão em condições de receber já isto? Chamo a atenção disto. A câmara municipal tem noventa dias ... e cada uma das juntas acordam para a transferência de recursos, aquilo que for aceite. Está escrito na lei não é preciso recomendação nenhuma. Aquelas que aceitarem vão ter que vir à câmara negociar, as que não aceitarem mantemos o acordo de execução que tinham e em dois mil e vinte e um, os recursos financeiros e aquilo que for entendível será efetuado por quem cá estiver, mas de qualquer maneira fica este aparte. Tenham cuidado! Esta é a minha opinião. -----

----- Senhor presidente da Assembleia, vai longa a manhã. Não vou tecer comentários a algumas considerações que aqui foram feitas de âmbito geral, vou só responder a algumas que eu entendo merecer essa resposta: ---

----- Ao senhor, Manuel Preto, relativamente àquilo que é o regadio, a senhora diretora não lhe disse nada de especial em relação àquilo que é a nossa pretensão. Neste momento está em fase de concurso o estudo estratégico para o regadio que foi pedido através da CIM para os municípios da Terra Fria, já que são os municípios que não têm regadio é um custo que orça em cento e sessenta mil euros terá que ir a concurso público e ainda está em fase de concurso. Esta nossa preocupação prende-

se com a que sempre tivemos. A senhora diretora está do nosso lado sabemos disso, se calhar já não vamos muito a tempo de gastar esses milhões e há muitos milhões por aí. -----

----- De qualquer maneira sem estudo não podemos avançar com aquilo que é o projeto de regadio para a Terra Fria, isto porque os cinco concelhos que estão englobados na Terra Fria têm esta dificuldade de regadios que são, Mogadouro, Vinhais, Vimioso, Miranda e Bragança. Esta é a fase em que está e um bom início para aquilo que se poderá avançar a seguir. -----

----- A membro, Maria José, falou em reconstruções e naquilo que são algumas *nuances* de não construção com alguns problemas por causa do PDM. O PDM já devia ter sido revisto há muitos anos atrás. Estamos agora a fazer essa fase de revisão, não o fizeram, não vamos agora criticar porque é que não foi feito. Temos mais problemas acrescidos. Já temos aprovado aquilo que é a nível da agricultura, da Reserva Agrícola, falta-nos a Reserva Ecológica que nos traz alguns problemas e constrangimentos para o licenciamento de obras. O nosso PDM está em fase de revisão e a terminar em dois mil e vinte. -----

----- Em relação à intervenção do membro, José Branco, sobre o assunto das manilhas na estrada da estação de Santiago que está na DIOM para informação ainda não chegou ao meu gabinete para despacho que também aguarda parecer das Infraestruturas de Portugal. -----

----- Depois pede-me uma listagem de pedidos do autocarro municipal desde o início do mandato. É claro que não consigo tê-la aqui e agora, mas está-me a falar da disponibilidade para as associações, quem pediu, quem pagou, muito bem. -----

----- Também foi aqui muito badalada a nossa ida a Groslay e objeto de vários comentários, mas quero dizer-vos o seguinte: a Câmara Municipal faz-se acompanhar dos membros da Câmara que se mostraram disponíveis, produtores, três expositores e cinco empresários e também a convite meu de um jornalista do concelho de Mogadouro e a nível nacional da Agência Lusa. Foram contactados também o Comité de Geminação. A Associação de Comerciantes está a passar neste momento um período menos agradável e está em fase de eleições. Quando foi convocada ficou deserto. Estamos preocupados. Neste momento não temos Associação Comercial e Industrial e nesta primeira fase o que tinha sido acordado connosco na reunião preparatória que fizemos em França ... Foram convidados por nós, empresários do ramo das serralharias, carpintarias, alumínio, a Cooperativa Agrícola Sabodouro e também algumas empresas do ramo agrícola que têm o setor olívicola em comum. Pena é que não consigamos levar alguém do ramo da serralharia porque um empresário do ramo em Groslay tinha todo o interesse em protocolar com empresários de Mogadouro. Fica em cento e setenta e três euros, por pessoa o bilhete de avião de ida e volta. A Banda de Música também vai a convite dos dois

municípios e para pagar os custos da viagem ser-lhe-á atribuído um subsídio não camuflado, mas a aprovar em reunião do órgão executivo. ----

----- Sobre a fossa séptica de Paradela. Pena é que o senhor presidente de Junta anterior que é o queixoso não o tenha feito entre dois mil e um e dois mil e treze que lá esteve. -----

----- Sobre o Encontro das Universidades Sêniores os custos para o município foram doze refeições e quem pagou foram os participantes. Pagou quinze euros, cada um deles. O município só pagou as refeições aos professores e aos gaiteiros que estiveram presentes. -----

----- Falou-se do concurso camuflado, não sei a que se refere, mas há uma coisa que é certo. Concurso para seguros só desde que nós estamos no executivo é que os houve até ali nunca houve nenhum concurso público de seguros, portanto, fica a resposta também assim no ar! -----

----- Falou também sobre a Câmara Municipal não se ter pronunciado sobre a Assembleia Juvenil e o prémio que foi ganho, mas posso dizer-lhe que se ler a ata da reunião do dia catorze de maio de dois mil e dezanove consta a aprovação, por unanimidade, de um voto de congratulação ao Agrupamento de Escolas de Mogadouro pela atribuição do primeiro lugar aos alunos do quarto ano de escolaridade “Prémio Doutor Manuel Pavão”, pela Associação Nacional de Assembleias Municipais. -----

----- Quanto aos precários, continuo a dizer-lhe membro, José Branco, naquilo que for necessário e as necessidades do dia-a-dia, a Câmara continuará a contratar empresas para prestar serviços nas áreas que forem necessárias. -----

----- Sobre os fundos comunitários. No dia quinze de maio de dois mil e dezanove, consegui numa reunião da CIM-Terras de Trás-os-Montes com os nove municípios, da qual Mogadouro faz parte, para a cantina e refeitório escolar um reforço de novecentos e trinta mil, cento e noventa e cinco euros e vinte e sete cêntimos, oitenta e cinco por cento de fundos comunitários, portanto, com base nisto agora vamos avançar. Da mesma forma com o PROVERE. Foi objeto também de reforço e Mogadouro foi contemplado com mais quatrocentos e oitenta e três mil, quinhentos e cinquenta e oito euros e setenta e dois cêntimos para mais duzentos mil que tínhamos. -----

----- Quero dizer-vos que no montante de dez milhões e meio que a CIM tinha a nível de reforço para o Pacto e para o PROVERE, Mogadouro teria fefizados um milhão, duzentos e quinze mil euros, pois que, no início tínhamos sido lesados no pacto inicial com aquilo que eram as escolas. ----

----- Na eficiência energética também temos um reforço de mais duzentos e dezoito mil, trezentos euros e quarenta cêntimos e nos equipamentos sociais mais trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e seis euros. Fora do âmbito do PROVERE e do Pacto temos no plano de requalificação urbana, o PARU um reforço de duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos

e cinquenta e três euros e treze cêntimos, atribuído pela Comissão de Coordenação e pelo Estado. Este reforço vem em muito aumentar aquilo que era a nossa expectativa de construção destes dois equipamentos e também da reconstrução de outros que estão a ocorrer neste momento como é o Bairro Social e estará a terminar a Casa das Associações, estes dois projetos no âmbito do PARU. -----

----- O membro, Alfredo Ribeiro, falou e vou citar o que ele disse: “Marca Mogadouro. Seis anos de responsabilidade política para a sua criação.” Nós, neste momento fazemos parte da CIM-Terras de Trás-os-Montes e essa marca está registada em Mogadouro. Registamos a marca CIM que é a marca Terras de Trás-os-Montes, essa é a nossa marca, seremos sempre de Trás-os-Montes, somos os únicos dos nove municípios que podemos usar essa denominação, está registada, a partir dali estamos à vontade. Mogadouro está associado numa das suas caixa texto que lá está porque neste momento nós fazemos parte de uma comunidade intermunicipal. -----

----- Sobre a questão da venda de ferro-velho, digo que eu tomei conhecimento que foi feito um lanche, creio que a uma sexta-feira e na terça-feira imediatamente a seguir reuni com os três autores da venda da sucata, dei-lhe o prazo até às nove e trinta do dia a seguir para efetuarem o depósito e foi feito e o senhor chefe de divisão, o engenheiro Abel Varandas iniciou o inquérito interno com vista ao desencadeamento do respetivo processo disciplinar. -----

----- Relativamente à indemnização de treze mil euros atribuída a um senhor, cujo problema já se arrastava há uns anos, tenho a dizer que foi aprovada, por unanimidade, em reunião do executivo de onze de dezembro de dois mil e dezoito. O município tinha toda a razão no pedido efetuado e nós resolvemos a situação só faltando liquidar a quantia de vinte e cinco por cento aquando da apresentação do alvará de licença de utilização.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:** - Pediu a palavra novamente e dirigindo-se para o palanque disse: -----

----- “Sobre a viagem a Groslay, o senhor presidente da Câmara disse qual era o valor da viagem por pessoa, mas eu pedi uma listagem com os nomes das pessoas que vão e saber porque vai um táxi de Sendim para Groslay. Se não há nenhum em Mogadouro ou nem mesmo a Câmara não tem nenhum? -----

----- Em relação às manilhas. Pergunto: A Câmara executa um trabalho e agora é que vai pedir um parecer à Junta Autónoma de Estradas?” -----

----- Neste momento e, em relação à viagem a Groslay o senhor presidente da Assembleia, Jorge Dias, fez questão de comunicar à Assembleia que a sua esposa também é uma das convidadas, mas que foi ele que pagou o bilhete da viagem. -----

----- **RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA FRANCISCO GUIMARÃES:** - “Houve a preocupação de fazer o convite generalizado e que se fizessem acompanhar das respetivas esposas, aliás ficou estabelecido que quem as quiser levar tem que pagar o respetivo bilhete de viagem. A autarquia pagou os bilhetes dos membros da Câmara, do Comité de Geminação, dos expositores, dos empresários e o do jornalista, cerca de vinte bilhetes. O transporte de mercadorias foi efetuado à empresa que tem certificação para o fazer e custa mil e oitocentos euros e é de Sendim e mais duzentos euros para a transferência de uns quadros para exposição.”

2.PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **2.1 APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (al. c) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):** - Nos termos do disposto na alínea c)

do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia apreciou e tomou conhecimento das atividades que constavam nas agendas de trabalho do senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, Evaristo Neves, Joana da Silva e Virgínia Vieira, no período compreendido entre a última sessão ordinária e esta. -----

----- Quanto à situação financeira do município de Mogadouro, à data de onze de junho de dois mil e dezanove, era a seguinte: -----

“Dívida em 11/06/2019 -----

- A fornecedores	357.853,44 € -----
- A empreiteiros	0,00 € -----
- Empréstimos em dívida	1.291.440,53 € -----
- Leasings	0,00 € -----
- Encargos para o presente ano	420.192,69 € -----

Saldo em 11/06/2019 -----

- Orçamental	4.012.660,01 € -----
- Operações de tesouraria	357.460,86 € -----
- Em documentos	42.409,77 € -----
- Fundos comunitários a receber	167.326,19 € -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:** - Pede para intervir e disse o seguinte: -----

----- “As informações que o senhor presidente da Câmara enviou sobre a sua agenda e a contabilidade do município estão incompletas. Conforme refere o n.º 4 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da referida informação deve constar além do saldo e o estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, os recursos hierárquicos e

processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado e isso nunca aconteceu.” -----

----- O senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães, disse do lugar onde se encontrava sentado que não valia a pena responder. -----

----- O senhor presidente da Assembleia, Jorge Dias, perguntando se isto nunca aconteceu e obtendo resposta que nunca aconteceu disse que tomará, de futuro, as devidas precauções nesse sentido. -----

----- Eram doze horas, quando o membro, Américo Rodrigues, pediu licença para sair, alegando ter surgido um problema de ordem particular. -----

----- 2.2 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DO ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (REOT) – RESULTADO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi recebida da Câmara Municipal, a Certidão teor da deliberação tomada em reunião ordinária do órgão executivo de onze de junho do corrente ano, a seguir transcrita sobre o assunto em título: -----

----- “-----

----- *Foi presente a informação número quatrocentos e oitenta e três barra dezanove de vinte e oito de maio da arquiteta, Alexandra Machado, sobre o resultado do período de discussão pública do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT).* -----

----- *A referida informação dá conhecimento que o período de discussão pública teve a duração de trinta dias úteis e decorreu de cinco de abril de dois mil e dezanove a vinte e dois de maio de dois mil e dezanove, conforme Aviso n.º 5537/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série n.º 62, de vinte e oito de março de dois mil e dezanove, nos termos do n.º 5 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) e do n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais).* -----

----- *A proposta o REOT esteve disponível para consulta em suporte digital na internet e em suporte físico no serviço de Ordenamento do Território e Urbanismo.* -----

----- *Mais informa que, até à data do término do prazo que a proposta esteve em discussão pública, não deram entrada nos serviços, nenhuma sugestões, observações, e/ou reclamações, focadas no Relatório do Estado de Ordenamento do Território, considerando, que esta fase do processo está ultrapassada e poderá considerar-se aprovado o referido relatório. ---*

----- *A Câmara, analisada a informação sobre o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório do Estado de Ordenamento do*

Handwritten signature and name: Teixeira

Território e, de acordo com o disposto no número 3 do artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal. -----

----- INTERVENÇÃO DO VEREADOR E VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL EVARISTO ANTÓNIO NEVES: -

Pediu licença para explicar o documento ora apresentado e disse: -----

----- “Em relação ao Relatório do Estado de Ordenamento do Território é um documento que foi produzido por uma empresa contratada que está a fazer a revisão do nosso PDM, como já foi aqui falado pelo senhor presidente. É um documento que é obrigatório, decorre da lei e, nós e a Comissão de Coordenação não podemos fazer uma nomeação de uma comissão de acompanhamento sem ter este Relatório do Estado do Território devidamente efetuado e aprovado. Foi aprovado na Câmara e propõe-se a aprovação a esta Assembleia Municipal porque é um passo que temos que fazer para continuar a fazer a revisão do PDM.” -----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL LUÍS VARANDAS:

- Interveio e disse o seguinte: -----

----- “Plano Diretor Municipal. O PDM é um instrumento fundamental para o desenvolvimento de qualquer concelho. É no plano que se define principalmente o que é urbanizável, que tipo de construções são permitidas e o não menos importante a Reserva Agrícola e a Reserva Ecológica. -----

----- O PDM de Mogadouro foi aprovado em mil novecentos e noventa e cinco. É chamado o PDM de primeira geração. Ao longo destes vinte e três anos a vigência desse sofreu algumas alterações de pormenor necessárias para o conhecimento e desenvolvimento do concelho. Vinte e três anos é um período muito longo, portanto, chegou o momento de um PDM elaborado de base. -----

----- A Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Norte que é a entidade responsável pelo acompanhamento e respetiva aprovação terá que ter em mãos um documento que ilustre perfeitamente o estado de desenvolvimento e ordenamento do território do concelho, este documento chama-se REOT. Este documento é importante, mas de extrema importância será o futuro PDM, aqui sim, teremos de estar atentos dar a nossa contribuição e principalmente criticar o que está incompleto e não deixar passar o que acharmos que está errado.” -----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ: -

Pediu para intervir acerca deste assunto para dizer o seguinte: -----

----- “Apetece-me dizer-lhes com frontalidade antes de começar a minha intervenção não tem nada a ver com a intervenção, mas relativamente à postura que eu sempre admiro da segunda secretária. Dizer-lhe frontalmente que admiro a sua visão estratégica que ela tem para o concelho e já agora aproveitem-na, seria um bom quadro. -----

----- Da análise sumária ao documento que substancia o Relatório de Estado de Ordenamento do Território – REOT, podemos inferir que se trata de um documentário bem elaborado e que traduz muito bem a realidade física, social e cultural do nosso concelho nos últimos vinte e quatro anos, vigência do PDM. Todos sabemos que o Plano Diretor Municipal é um instrumento fundamental para a gestão municipal porque traduz a visão estratégica da administração autárquica e é nele que são vertidas as grandes opções do desenvolvimento territorial a nível local ou subregional porque apesar deste executivo assim não o entender, o PDM contém ou deve conter todas as ferramentas que permitam o desenvolvimento urbano, infraestrutural, económico, cultural, ambiental e da paisagem social, etc., etc., senão vejamos o conteúdo material do documento que suporta o PDM.

----- O PDM, atualmente em vigor, foi publicado em outubro de mil novecentos e noventa e cinco. É de todos conhecida a imposição que o Estado fez aos municípios, à data, para que todos tivessem este instrumento de gestão aprovado, sob pena de não receberem fundos estruturais. -----

----- Diz o artigo quinto que o plano tem vigência de dez anos e que a Câmara deverá proceder com a necessária antecedência à realização de estudos necessários para garantir a sua alteração, findo o prazo de vigência.

----- Segundo o relatório o PDM de Mogadouro será dos mais antigos de toda a região norte. -----

----- Recordando o saudoso Vitorino Nemésio, “*se bem me lembro*”, a Câmara Municipal, em dois mil e três deu início ao processo de revisão do PDM e agora vamos dizer porquê. Mandou produzir cartografia, constituiu a comissão de acompanhamento e elaborou uma proposta de plano estratégico municipal. -----

----- Em outubro de dois mil e nove e sob pressão do setor agropecuário, dado ser mais do que visíveis os constrangimentos que existiam no PDM relativamente a esta atividade, o Município propôs uma alteração ao regulamento. Esta alteração permitiu desbloquear os dissabores que pendiam sobre este setor e foi aproveitada esta oportunidade para introduzir também alterações aos coeficientes de ocupação do solo urbano e outras alterações de pormenor que deviam estar contidas no regulamento permitindo assim aumentar o regime de edificabilidade tão úteis como necessários ao investimento. -----

----- De mil novecentos e noventa e cinco até hoje, legislação referente ao regime jurídico de instrumentos de gestão territorial foi alterada várias vezes ao contrário do que foi aqui dito. Suponho que houve uma com alterações profundas outras substancialmente apenas de pormenor. -----

----- Quando o atual executivo entrou iniciando funções em dois mil e treze tinha na autarquia uma proposta de plano com a definição de novos perímetros urbanos. Nestes cinco anos não promoveu ou realizou uma única reunião de acompanhamento. Não fez aprovar a proposta existente

nem apresentou outra. Assim continua a fazê-lo relativamente ao Conselho Municipal de Segurança e ao Conselho Municipal da Juventude. -----

----- A publicação em vinte e sete de fevereiro da Lei n.º 31/2014, da Lei de Bases de Política dos Solos e Ordenamento do Território e do Urbanismo constitui uma reforma estruturante tanto no ponto de vista dos conceitos e das normas jurídicas como constitui um objetivo de traduzir uma visão conjunta dos vários sistemas de planeamento. -----

----- No artigo 78.º refere que os conteúdos dos planos especiais deve ser vertido no conteúdo do PDM em vigor e este prazo termina no dia três de julho de dois mil e vinte. No caso em apreço este é o conteúdo do Plano de Ordenamento do Parque do Douro Internacional que deverá ser incluído no regulamento do PDM, por força da lei. O que fez o executivo para que tal venha a verificar-se? -----

----- Por outro lado, o artigo 199.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, refere que deve o Município até ao dia sete de agosto de dois mil e vinte incluir as regras de classificação e quantificação do solo previstas neste novo regime sob pena de suspensão das normas do PDM atualmente em vigor que deviam ter sido alteradas não podendo na área abrangida e enquanto durar a suspensão haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem ocupação, uso ou transformação do uso do solo. -----

----- No caso concreto, em junho de dois mil e vinte, o que hoje é solo urbanização e de passível construção cai e não será mais possível edificar nesta área, exemplo, todos os terrenos que estão hoje incluídos nas zonas urbanizáveis e nas aldeias vai ser impossível construir. -----

----- A título de exemplo e para melhor compreensão no caso de Mogadouro passará por exemplo a ser impossível licenciar obras, por exemplo, na vinha conhecida pela vinha dos Casimiros na parte toda do dr. Rui, adjacente à estrada porque as construções novas são quase todas feitas em espaço urbanizável, conforme preconiza o REOT. -----

----- Infelizmente os indicadores mencionados no REOT que, hoje aprovaremos relativamente aos últimos censos dois mil e um e dois mil e onze designadamente a variação da população nas freguesias do nosso concelho com elevados índices de despovoamento são bem elucidativas do declínio demográfico acentuado que se verifica no nosso território municipal pelo que não se afigura fácil nem simples antes pelo contrário com muita complexidade. -----

----- Todavia a falta de iniciativa do Município tendente a desencadear o procedimento da planização do plano territorial em tempo útil, bem como o atraso da mesma atualização, por facto imputável ao município, determina a suspensão do respetivo direito de candidatura a apoios financeiros nacionais e comunitários até à data da conclusão do processo de atualização, bem como a não celebração dos contratos-programa, cito, por exemplo o n.º 4 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. --

----- Senhor presidente da Câmara, espero que esta intervenção não seja considerada como crítica simplista, como às vezes nos acusam, mas apenas e tão só garantir a esta Assembleia que virá a pronunciar-se para efeitos de aprovação final que estaremos atentos ao evoluir da concessão do novo PDM para o futuro de Mogadouro para que o futuro de Mogadouro seja de sucesso e não de retrocesso. Nesta matéria pode contar connosco.” -----

----- **RESPOSTA DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL EVARISTO ANTÓNIO NEVES:** - “Eu concordo com tudo o que disse o membro Ilídio Granjo, todos concordamos, mas para esse documento ficar mais completo devia ser acrescentado só o seguinte: é que nós deixamos a garantia que em seis anos a revisão do PDM está feita. É que devia ter sido feita em dois mil e cinco e não foi feita. Em doze anos devia ter sido feita.” -----

----- Após análise e a seguir às intervenções suprarreferenciadas, nos termos do disposto nas alíneas h) e r) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a versão final do Relatório do Estado de Ordenamento do Território (REOT), elaborado pela empresa Vastus, Gabinete de Projeto, Planeamento e Ambiente, Lda., que traduz o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial no Município de Mogadouro, nomeadamente do Plano Diretor Municipal (PDM) e do Plano de Urbanização (PU) em vigor, tendo em consideração os objetivos definidos no modelo de ordenamento preconizado pelo PDM de Mogadouro (PDMM). -----

----- **2.3 MAPAS DA CEDÊNCIA DAS MÁQUINAS NO CONCELHO – PARA CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da relação enviada pela Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais sobre o serviço prestado pelas máquinas bulldozer, giratória e niveladora nas várias freguesias do concelho desde o dia quinze de abril até ao dia dezoito de junho do ano em curso. -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:** - “Senhor presidente da Câmara quando este documento for enviado para os membros da Assembleia que tenham cuidado com as datas. Foi um lapso? Veja só, temos trabalhos em Vilarinho em dez de outubro de dois mil e dezanove e depois ainda temos trabalhos aos domingos e feriados. Aos domingos e feriados os trabalhadores da Câmara não trabalham. Peço-lhe mais cuidado. É um documento que sai da Câmara para a Assembleia, tem que ser revisto por alguém. Eu contactei os funcionários da Câmara e disseram-me que é mentira que não trabalharam nos domingos nem nos feriados.” -----

----- **2.4 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM3 ANO 2019 – PARA CONHECIMENTO:** - A Câmara tomou conhecimento do documento remetido pela Divisão de Contratualização, Informática e Património sobre os compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos referentes a contratos iniciados no ano de dois mil e dezasseis até à presente data. -----

3. OUTROS ASSUNTOS

----- **INTERVENÇÃO DA MEMBRO E PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO MARTINHO DO PESO MARIA JOSÉ RAMOS FERNANDES:** - “Eu gostava de ser elucidada, talvez pelo senhor presidente da Câmara sobre a data em que os presidentes das Juntas têm que comunicar à DGAL e à Câmara Municipal que não aceitam a transferência de competências. A lei diz: “Até ao dia trinta de junho.” Dia trinta é um domingo. E, após a aprovação em assembleia de freguesia. Eu acho que a maior parte dos meus colegas não está a ver bem este assunto.”

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:** - “A entrada em vigor deste decreto-lei que entrou em vigor no dia um de maio e aqui conta-se a partir do dia um os sessenta dias, em que têm que deliberar se não aceitam as competências. Quem não aceita tem os sessenta dias decorridos do dia um de maio que dá até trinta de junho para comunicar a deliberação de não aceitação.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:** - “Eu li o diploma das transferências e as juntas de freguesia, tirando a de Mogadouro e a de Bemposta já todas fazem aquilo que está no quadro das transferências. Eu acho muito bem que as juntas de Mogadouro e Bemposta não aceitem as transferências na área da educação, a cedência das escolas e a gestão dos jardins porque não têm meios financeiros nem recursos humanos. Os caminhos rurais, as licenças das festas, autorizações para o lançamento de fogo de artifício já são as juntas a tratar.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO E PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PARADELA FRANCISCO JOSÉ TELO AFONSO:** - “A alínea m) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, é aquela que me obriga a não aceitar a transferência de competências do município para a junta de freguesia e foi o que decidimos em reunião de Junta e vamos propor à nossa Assembleia de Freguesia, no que se refere: “A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e

queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas.” -----

----- Todos nós sabemos que a partir de dezembro, janeiro e fevereiro as pessoas fazem o corte e as podas das árvores e depois fazem a sua queima. Não tendo eu, na junta de freguesia, uma pessoa a tempo inteiro aquelas podem fazer essa petição, pois afixamos os contatos e os nomes das pessoas responsáveis da Câmara Municipal a quem se devem dirigir para obterem essa autorização. Nós só estamos abertos aos domingos à tarde. Esta é a única alínea que me está a obrigar a não aceitar as competências. E também não sei qual é a verba que vão disponibilizar deviam fazer referência a esse ponto, talvez em função do número de eleitores, área, quilómetros quadrados ou hectares da freguesia. O diploma não é concreto.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ALBERTO OLIVEIRA DA COSTA:** - “Para responder ali ao membro José Branco. Juntas de freguesia em declarações de festas, zero. Não têm competências nenhuma, é a Câmara. Eu para legalizar uma festa com foguetes na minha aldeia tive que dar mais de cinquenta voltas. -----

----- Outra coisa, na minha aldeia é a Junta Fabriqueira que tira as licenças para as festas, que pagamos e as fazemos e somos nós que metemos o dinheiro no banco. As licenças para ocupação da via pública a autorização para as procissões é tudo a tratar na GNR.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASEMBLEIA MUNICIPAL JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:** - “Quero referir-me a um assunto que até já anunciei em conferência de líderes. A Assembleia tem o intuito de celebrar, comemorar os nascimentos no concelho de Mogadouro, uma vez que em quase todas as sessões vêm para aprovação votos de pesar pelos falecimentos de pessoas devem vir também votos de louvor pelos nascimentos só que é um processo bem mais difícil daquilo que eu pensava, ou seja, nós podemos saber o número de nascimentos, pois já o solicitei ao Centro de Saúde, mas os nomes das parturientes e dos nascituros não podem ser dados a conhecer, por causa da proibição de divulgação dos dados pessoais. É que além do voto de felicitações, temos na ideia celebrar um dia em que homenagearemos as mães do concelho. A ideia fica no ar e agradecemos sugestões.” -----

----- **LEITURA DA ATA EM MINUTA:** - No final dos trabalhos e, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2018, de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, com vista à executoriedade imediata



dos assuntos tratados, a segunda secretária da Mesa, Carla Lousão, procedeu à leitura da ata em minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade.

----- Eram treze horas, quando o senhor presidente da Mesa, deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, coordenadora técnica do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal e funcionária no núcleo de apoio da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi: -----

A funcionária de apoio ao núcleo da Assembleia Municipal,

Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira
(Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira)

O presidente da Assembleia Municipal,

Jorge José Martins Dias
(Jorge José Martins Dias, prof.)